



INFORMATIVO

O TUIUTI

**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

370 anos da Primeira Batalha dos Guararapes -100 anos da participação do Brasil na I GM

ANO 2018

Março

Nº 265

A VERTENTE AFRICANA

Gen Ex Virgilio Ribeiro Muxfeldt
Membro-Efetivo da AHIMTB/RS

A ESCRAVIDÃO AFRICANA - Origens

A história do negro brasileiro não teve início com o tráfico de escravos. É uma história bem mais antiga, anterior à escravidão nas Américas e à vida de cativo no Brasil. Trata-se de uma saga que se cruza com a aventura dos navegadores europeus, principalmente os portugueses, e com a formação do Brasil como país. Conhecer a história da África é fundamental para entender como foi possível que milhões de homens, mulheres e crianças fossem aprisionados e trazidos nos porões de navios destinados às Américas.

Para se compreender a trajetória dos negros brasileiros é preciso saber como e por que o continente africano se tornou o maior centro de dispersão populacional do mundo moderno.

Chegada dos navegadores europeus na África

Quando, no século XV, os europeus desembarcaram na África encontraram modos de vida bem distintos dos seus. Entre os africanos a organização social e econômica girava em torno de vínculos de parentesco em famílias extensas, da coabitação de vários povos num mesmo território, da exploração de um povo por outro.

Na África havia impérios poderosos como o Mali, reinos bem estruturados como o Kongo (que não deve ser confundido com o atual país Congo), mas também pequenas aldeias agrupadas por laços de descendência ou linhagem. Ainda havia os grupos nômades de comerciantes, agricultores e pastores que se deslocavam sempre que as condições climáticas ou as oportunidades de negócios assim os obrigassem.

Entretanto, a expansão de reinos, a migração de grupos, o trânsito de caravanas de mercadores, a disputa pelo acesso aos rios, o controle sobre estradas ou rotas podiam implicar em guerra e subjugação de um povo a outro.

Escravidão doméstica

Nesses confrontos era comum que os vitoriosos fizessem alguns escravos dentre os membros de um vilarejo vencido em luta armada. Era a chamada escravidão doméstica, que consistia em aprisionar alguém para utilizar sua força de trabalho, em geral, na agricultura de pequena escala, familiar. Não por acaso, nesse tipo de cativo se preferia mulheres e crianças. A fertilidade das mulheres garantia a ampliação do grupo. Daí que era considerado legítimo as escravas se tornarem concubinas e terem filhos com os seus senhores.

Não era só na guerra que se corria o risco de ser escravizado. Em muitas sociedades africanas, o cativo era a punição para quem fosse condenado por roubo, assassinato, feitiçaria e, às vezes, adultério. Tais formas de aquisição de cativos foram mais ou menos comuns em diferentes períodos e lugares da África. O rapto e o ataque a vilas se tornaram mais frequentes quando o tráfico de escravos tomou grandes proporções.

O papel desempenhado pelos árabes e berberes

Desde que os árabes ocuparam o Egito e o norte da África, entre o fim do século VII e metade do século VIII, a escravidão doméstica, de pequena escala, passou a conviver com o comércio mais intenso de escravos. Os árabes organizaram e desenvolveram o tráfico de escravos como empreendimento comercial de grande escala na África.

Desde os fins do século VIII, os árabes, partindo da região do Golfo Pérsico e da Arábia, disseminaram o islamismo pela força da palavra, dos acordos comerciais e, principalmente, das armas. Um dos primeiros povos a se converter ao islamismo, na África do Norte, foi o povo berbere. A adoção do camelo como principal meio de transporte foi decisiva na expansão do islamismo na África, porque possibilitou aos berberes percorrer grandes distâncias e suportar as duras condições da vida no deserto. Já na metade do século IX, os escravos eram os principais produtos dos caravaneiros berberes do Saara, estimando-se que tenham transportado cerca de 300 mil pessoas.

As cáfilas, como eram chamadas as caravanas berberes, rumavam do Norte da África para as savanas sudanesas carregadas de espadas, tecidos, cavalos, cobre, contas de vidro e pedra, conchas, perfumes e, principalmente, sal. No retorno, traziam ouro, peles, marfim e, cada vez mais, escravos. Calcula-se que, entre 650 e 1800, esse tráfico transaariano de escravos vitimou cerca de sete milhões de pessoas, sendo que 20 por cento delas morreram no deserto.

Populações inteiras se converteram ao islamismo, fosse para escapar do risco do cativo, já que apenas os infiéis podiam ser escravizados, fosse por sincera convicção religiosa.

Expansão do Islã

O Corão não condenava o cativo e o trabalho escravo era fundamental para a viabilidade do comércio dos mercadores muçulmanos.

Quanto mais escravos eram capturados outros tantos eram necessários para preencher várias ocupações no mundo árabe. Podiam ser concubinas, agricultores, artesãos, funcionários encarregados da burocracia, domésticas, tecelões, ceramistas. Mas era principalmente como soldados que os cativos passavam a ser indispensáveis.

Todo o mundo árabe foi se revelando um bom mercado para os cativos trazidos da África. Esse tráfico voraz de gente de cor preta explica a presença de negros nas populações

árabes. Desse modo, a escravidão doméstica africana foi dando lugar à escravização em larga escala.

Chegada dos europeus

A partir do século XV, com a presença europeia na costa da África, esse processo ganhou dimensão intercontinental e fez da África a principal região exportadora de mão-de-obra do mundo moderno. Todas as grandes nações europeias de então se envolveram no tráfico e disputaram acirradamente sua fatia nesse lucrativo negócio. Holandeses, franceses, ingleses, espanhóis e, principalmente portugueses, lançaram-se na conquista dos mercados africanos.

Presença portuguesa

Foi a procura por especiarias e ouro que motivou, no século XV, a saga dos navegadores portugueses. Das riquezas africanas eles tinham notícias desde 1415, quando conquistaram Ceuta aos árabes, no extremo norte africano.

Os primeiros encontros entre portugueses e a África negra não foram pacíficos. Flechas envenenadas de um lado e mosquetes de outro fizeram baixas dos dois lados, entretanto, coube à habilidade e sagacidade dos calejados intérpretes portugueses estabelecer contatos amistosos com a gente da terra, mas o ouro não foi encontrado na abundância sonhada.

Apesar de todas as dificuldades porque passaram, os portugueses persistiram. Arguim, uma pequena ilha situada na costa da Mauritânia, foi escolhida para servir de entreposto comercial e lá, em 1445, foi construída a primeira feitoria portuguesa fortificada na África.

Navegação de cabotagem entre os portos africanos

Ao longo dos séculos XVI e XVII, com o comércio de cabotagem entre os portos africanos, novas perspectivas de negócios surgiram para os portugueses na região conhecida como Costa do Ouro. Percebendo a vitalidade do comércio interno africano, os portugueses se deram conta do valor do escravo como moeda de troca. Passaram então a comprar africanos para vender a outros africanos, beneficiando-se da velocidade das caravelas no transporte ao longo da costa.

Ao sucesso comercial dos portugueses passou a corresponder o infortúnio do continente africano. No litoral, a venda de escravos passou a determinar a prosperidade e a força militar de uns e a miséria de outros grupos africanos. O comércio com os europeus reforçou o poder de chefes dispostos a guerrear contra povos inimigos com o único intuito de fazê-los cativos. A presença portuguesa redimensionou a vida de populações litorâneas que, até então, não tinham poder econômico e político significativo e que passaram a ter na captura de cativos uma atividade corriqueira, sistemática. A guerra produzia o cativo e o comércio distribuía o escravo. Para os portugueses, com a prosperidade dos negócios, era urgente o estabelecimento de mais feitorias no litoral africano, fortalezas muradas e protegidas com canhões que desencorajassem a aproximação de outros europeus e abrigassem mercadorias, inclusive escravos.

O castelo de São Jorge da Mina

O castelo de São Jorge da Mina foi a mais importante construção portuguesa na África. Em 1482, onde hoje é a República de Gana, ficou pronta a sólida construção feita de pedra e cal, à semelhança das edificações europeias. Esse castelo consumiu oito anos de intensos trabalhos para sua construção, tendo dois fossos, altas torres e potentes canhões destinados a atacar invasores e abrigar com segurança até mil cativos.

A fortaleza, por outro lado, facilitava o deslocamento dos portugueses ao longo do litoral, através da navegação de cabotagem, o que propiciava a negociação direta com os reinos mais ao sul.

Mas a fortaleza não se mostrou inexpugnável. Em 1637, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais a tomou de assalto, visando controlar o comércio negreiro da região para abastecer Pernambuco, sob o seu domínio desde 1630. Naquela época, a economia pernambucana, baseada nos engenhos de açúcar, era grande consumidora de escravos. Estima-se que, entre 1500 e 1535, os portugueses levaram para o castelo de São Jorge cerca de doze mil escravos.

Reino do Benim

Antes dos portugueses começarem a comercializar no Golfo do Benim, uma baía situada ao norte da costa africana, não havia grandes reinos africanos em regiões florestais. A exuberante floresta tropical dificultava a penetração comercial nessas terras. O reino do Benim foi uma exceção. Nos últimos anos do século XV, uma expedição portuguesa foi à capital do reino e lá se deparou com uma grande cidade. Entretanto, a expansão desse reino foi acelerada com a sua incorporação ao comércio negreiro nos séculos XVI e XVII.

No Benim o controle comercial era do rei que comprava e vendia sal, peixe seco, noz de cola, couros, tecidos e cobre. Cientes de que o monopólio sobre o comércio garantia ao rei do Benim uma considerável força política, os portugueses tentaram convertê-lo ao catolicismo. Era uma forma de aproximar aquele reino africano do lusitano. Mas, ao rei do Benim não interessava ter compromissos exclusivamente com Portugal, já que outros europeus também cobiçavam integrar-se ao esquema comercial do lugar. Franceses, ingleses e holandeses também lhes propuseram e conseguiram firmar acordos mercantis.

Por isso, não se pode entender a prosperidade do tráfico de escravos sem levar em consideração a combinação de interesses entre europeus e africanos.

Reino do Kongo

Era 1483, quando o navegador português Diogo Cão, procurando conhecer melhor a costa africana, chegou à foz do rio Zaire, também conhecido como rio Congo, onde estava estabelecido o poderoso reino do Kongo. A recepção aos portugueses foi calorosa. O governante da província litorânea do reino os acolheu festivamente. Os navegantes também se mostraram entusiasmados e curiosos. Queriam conhecer o rei, para quem traziam presentes. Com tal fim foram enviados alguns mensageiros à cidade real, Mbanza Kongo. O rei deve ter ficado bastante surpreso com a presença daqueles brancos que diziam ter cruzado o oceano. Talvez por isso, ao invés de manda-los de volta a seus navios, os manteve em seu palácio.

Assim, os mensageiros tiveram a oportunidade de saber que o reino do Kongo era uma estrutura político-administrativa complexa e centralizada. A autoridade máxima era o rei.

Já a economia estava assentada na atividade agrícola e pastoril. Ao perceber que os mensageiros enviados ao rei tardavam a voltar, Diogo Cão resolveu tomar quatro reféns e levá-los diante do rei de Portugal, com a promessa de trazê-los de volta depois de algumas luas. Quando retornaram para o Kongo os quatro africanos estavam vestidos como europeus e falando português. Se os mensageiros que ficaram na cidade real do Kongo tinham muito para contar a Diogo Cão, não eram poucas as novidades que os raptados relataram ao seu rei. Havia visto muitos outros barcos enormes, armas e riquezas que podiam assegurar o poderio de quem as possuísse.

Ambicioso, o rei do Kongo, Nzinga, avaliou que era fundamental firmar acordos com aqueles viajantes e, em 1489, enviou numa das caravelas de Diogo Cão vários presentes e uma embaixada ao rei português, D. João II. O objetivo dos embaixadores era claro: solicitar autorização para que jovens do reino africano pudessem ser educados na Europa e conseguir que padres católicos fossem enviados ao Kongo, assim como mestres no ofício da carpintaria, pedraria e agricultura. O rei português não tardou a atender aos pedidos. Por sua vez, o rei do Kongo visava apropriar-se dos conhecimentos, técnicas e até hábitos e costumes europeus que pudessem fortalecer ainda mais o seu reino. O rei, uma de suas esposas e um filho foram batizados numa igreja de pedra e cal que mandou erguer em 1491. Daquele dia em diante, ao rei do Kongo, foi dado o nome de D. João I, à sua mulher, Leonor, e ao seu filho, Afonso Além de propagar o catolicismo, coube a seu sucessor, Afonso, aumentar a aproximação do Kongo com Portugal, em sempre em busca de obter conhecimentos tecnológicos. Contudo, ao fim de décadas de negociação, os portugueses não tinham honrado o compromisso de ensinar aos congueses como se construíam grandes barcos a vela, tão pouco moinhos e veículos de roda. As novidades ficaram restritas ao cultivo do milho, da mandioca, batata-doce e amendoim vindos da América.

Mas, aos poucos, o controle dos negócios foi escapando das mãos reais. Burlando a sua vigilância, administradores provinciais começaram a negociar com os portugueses sem qualquer intermediação. Ironicamente, quanto mais as elites do Kongo desejavam os produtos europeus, como queria D. Afonso, mais risco corria o seu reinado. Nas últimas décadas do século XVI, começava a ruir um dos mais estáveis reinados da África centro-ocidental. Já a demanda por produtos europeus crescia de tal modo que cobre e peles já não eram suficientes para saldar as dívidas com os comerciantes portugueses.

Antes da chegada dos portugueses, a escravidão no Kongo era do tipo doméstico, embora nas cidades fosse comum que um número significativo de prisioneiros de guerra estivesse a serviço da nobreza. Mas, aos poucos, os cativos passaram a ser usados como meio de conversão da moeda local para a portuguesa, sem o intermédio da nobreza e do rei. No decorrer do século XVII, mais e mais escravos foram envolvidos nas transações entre chefes políticos e mercadores africanos com os portugueses, que os aceitavam de bom grado. Multiplicaram-se na região as guerras com o único fim de capturar mais pessoas a serem embarcadas nos navios portugueses.

Reino de Oió

A avidez por escravos reorganizou de tal maneira o mapa político africano que alguns reinos experimentaram o apogeu nos séculos XVII e XVIII graças ao tráfico negreiro. Há

estimativas de que 75 por cento das pessoas vendidas nas Américas foram vítimas de guerras entre povos africanos.

Foi o caso do reino de Oió. Até o século XVI, Oió era apenas uma cidade-estado que tinha na agricultura e na tecelagem as suas principais atividades. Mas as atividades agrícolas e artesanais de Oió perderam importância diante do crescente tráfico escravo que lá se estabeleceu.

No final do século XVI, as cidades vizinhas a Oió participavam tão ativamente desse comércio que a região do golfo de Benim, onde essas cidades se localizavam, na costa da atual Nigéria, passou a ser conhecida como Costa dos Escravos. Vários reinos estabelecidos nessa região passaram a ser denominados pelos missionários europeus de iorubás. Uma denominação que até o século XV, só se referia ao povo de Oió.

Oió subjugou vários outros reinos iorubanos, além de vizinhos como o Daomé, Nupe e Borgu. O poderoso reino de Oió entrou em colapso a partir do final do século XVIII, devido a conflitos internos e externos. Nos portos da Costa dos Escravos, ingleses, holandeses, franceses, portugueses e brasileiros abarrotavam os navios de gente destinada a ser "exportada" para as Américas. De fato, nenhuma grande nação europeia ficou fora deste que era o negócio internacional mais rentável da época.

Mas o sucesso comercial não impediu que o reino iorubá corresse risco. Com a expansão do seu vizinho mais ao sul, o reino do Daomé (atual Benim), vários territórios subordinados a Oió passaram a ser saqueados e a ter os seus habitantes escravizados. Desse modo, de implacáveis caçadores de escravos, os iorubás foram transformados eles mesmos em cativos, principalmente a partir do final do século XVIII.

Reino do Daomé

O reino do Daomé, fortemente centralizado, se desenvolveu a partir de 1700 com o tráfico de escravos. Como era imprescindível a um reino tão intimamente dependente do comércio de escravos, ali se concentrava um poderoso exército armado de mosquetes, encarregado de ampliar as fronteiras e capturar escravos. O tráfico era tão fundamental para o reino de Daomé que, em 1750, 1795 e 1805 foram enviados embaixadores daomeanos à Bahia com a incumbência de firmar acordos de monopólio comercial para o envio de cativos.

Reino de Angola

Ao mesmo tempo, os portugueses intensificavam o comércio de escravos com Angola, vizinha e vassala do Kongo, sem a intermediação de D. Afonso. Eles imaginavam que encontrariam, naquelas terras, minas de prata. A pretensão colonialista já era evidente em 1575, quando as terras diante da ilha de Luanda foram consideradas uma capitania portuguesa. Logo os moradores do lugar entenderam que, ao construir casas, igreja e fortificações, os portugueses visavam se fixar na região, e reagiram. A cada investida portuguesa para o interior do continente correspondiam ataques dos africanos. Não encontrando minerais valiosos, os portugueses concluíam, então, que a empreitada conquistadora não valia a pena e resolveram concentrar suas forças no comércio de escravos, atividade que seguramente lhes rendia muito lucro e menos trabalho, pois eram os próprios moradores de Luanda que se lançavam à caça de cativos.

Luanda rapidamente se tornou uma grande feira de comércio de gente. Angola, desde fins do século XVI até a primeira metade do século XVIII, foi o maior fornecedor de escravos para as Américas portuguesa e espanhola. Entre 1575 e 1591 foram embarcados da região de Angola mais de 52 mil africanos para o Brasil.

No reino de Angola, no século XVI, a rainha Jinga (1581-1663) lutou durante treze anos contra os portugueses, mas em 1621 propôs uma aliança aos seus adversários.

Em troca da paz aceitou certas condições, inclusive a conversão ao catolicismo. Ela foi batizada com o nome de Dona Ana de Souza, na igreja matriz de Luanda, em 1622, mas não aceitou pagar tributos como exigiam os lusitanos. No ano seguinte, empreendeu outra guerra contra os portugueses e mandou uma embaixada ao Papa Alexandre VII pedindo o reconhecimento do seu reino. Receptivo, o papa enviou-lhe uma carta com orientações para que seu reino fosse cristão, junto com vários missionários capuchinhos italianos. Mas a rainha foi derrotada pelos portugueses, e suas duas irmãs, as princesas Cambe e Funge, foram levadas para Luanda e batizadas com os nomes de Bárbara e Engrácia. Quando, em 1641, os holandeses saíram do norte do Brasil e ocuparam Luanda, Jinga aliou-se a eles contra os portugueses. Mas em 1648, Salvador Correa de Sá retomou Luanda dos holandeses, com uma armada saída do Rio de Janeiro. A rainha Jinga morreu em dezembro de 1663, quando teria cerca de 80 anos. A memória dos cortejos e lutas das suas tropas contra os portugueses, continua presente nos congados brasileiros.

A costa do Índico

Se foi na África ocidental que a presença portuguesa foi mais evidente, eles também se aventuraram, no século XV, na costa africana banhada pelo oceano Índico. No porto de Mombaça, o movimento incessante dos barcos transportando ouro, prata, pérolas, seda, vidros, especiarias os deixariam fascinados. Sofala, Moçambique, Zanzibar e outras cidades-estado estavam na fronteira do mundo islâmico. Eram cidades integradas às redes comerciais do oceano Índico, controladas pelos muçulmanos que, apesar das atitudes amistosas dos portugueses, não viam os recém-chegados com bons olhos. A presença de estranhos não era bem-vinda, e disso os portugueses logo souberam, haja vista a hostilidade com que passaram a ser tratados.

Mas era a busca do ouro, da prata e do marfim que mais os incentivavam a permanecer num território dominado por muçulmanos. Foram muitos os embates entre portugueses e mouros pelo controle dos principais centros comerciais - Quiloa, Mombaça, Massapa, Melinde e Moçambique. Essas disputas desestabilizaram redes comerciais milenares. A cobrança de tributos, os saques, incêndios e as rebeliões contra os lusitanos, além das investidas dos holandeses e ingleses, não permitiram a prosperidade da atividade mercantil portuguesa na costa oriental da África.

Os portugueses tentaram manter a hegemonia na região construindo fortificações. Ergueram uma na ilha de Moçambique, que era a capital dos estabelecimentos portugueses na África Oriental, e em 1593 foi edificada em Mombaça a maior delas, a fortaleza de Jesus. Esta fortaleza sofreu ataques de grupos muçulmanos, foi cenário para revoltas de escravos e abrigou aliados políticos, e embora tivesse sido mantida sob o controle dos portugueses, isto não lhes garantiu as riquezas que almejavam: ouro e prata em grande quantidade. À semelhança do ocorrido na parte ocidental da África, foi com escravos que os aventureiros

portugueses, holandeses e ingleses conseguiram acumular fortuna nas costas africanas do oceano Índico.

A Saga africana

A saga dos africanos seguia seu curso: por um lado, eles buscavam integrar-se ao circuito comercial atlântico, por outro, viviam a trágica experiência da escravização em massa. Além dos incalculáveis sofrimentos causados pela separação forçada de indivíduos de suas comunidades e famílias, aquele comércio promoveu o esvaziamento demográfico de muitas regiões da África. Ao privar as comunidades de indivíduos adultos, o tráfico transplantava às Américas algo muito necessário na África: o trabalho do africano. A presença dos europeus no continente africano representou tanto a integração da África negra ao grande circuito comercial do Atlântico, quanto determinou os rumos das sociedades do Novo Mundo, que incluía a região que veio a se tornar o Brasil.

OS AFRICANOS NO BRASIL - Os primeiros escravos

A chegada dos portugueses às costas ocidentais da África ocorreu após a escravidão doméstica africana ter dado lugar à escravização em larga escala. A partir do século XV esse processo ganhou dimensão intercontinental e fez desse continente a principal região exportadora de mão-de-obra do mundo moderno. Todas as grandes nações europeias de então se envolveram no tráfico e disputaram acirradamente sua fatia nesse lucrativo negócio. Holandeses, franceses, ingleses, espanhóis e, principalmente, portugueses, lançaram-se na conquista dos mercados africanos.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, novas perspectivas de negócios surgiram para os portugueses com o comércio de cabotagem realizado entre portos não muito distantes, na região conhecida como Costa do Ouro. A presença portuguesa redimensionou a vida de populações litorâneas que, até então, não tinham poder econômico e político significativo e que passaram a ter na captura de cativos uma atividade corriqueira, sistemática. A guerra produzia o cativo e o comércio distribuía o escravo.

Não existem registros precisos dos primeiros escravos negros que chegaram ao Brasil. A tese mais aceita é a de que em 1538, Jorge Lopes Bixorda, arrendatário de pau-brasil, teria traficado para a Bahia os primeiros escravos africanos.

Adaptação forçada à nova terra

Os escravos, ao chegar ao Brasil, eram logo separados do seu grupo linguístico e cultural africano e misturados com outros de tribos diversas para que não pudessem se comunicar a não ser através da língua portuguesa. O escravo tornou-se a mão-de-obra fundamental nas plantações de cana-de-açúcar, de tabaco e de algodão, nos engenhos, e mais tarde, nas vilas e cidades, nas minas e nas fazendas de gado. À semelhança do ocorrido com os árabes, os portugueses também se valeram, e muito, dos escravos como soldados.

A longa permanência do negro no Brasil acabou por abraçá-lo e são raros os aspectos da cultura brasileira que não trazem a marca da cultura africana. A sociedade brasileira formou-se e modificou-se sempre em função das necessidades e interesses econômicos do capitalismo. No século XVI, mais do que nunca, as potências europeias precisavam acumular

capital e a solução para chegar a um custo baixo de produção foi a utilização do trabalho escravo.

A crescente participação africana no desenvolvimento do Brasil-colônia

Como Portugal não possuía excedente populacional que pudesse suprir a Colônia de mão de obra, a solução encontrada foi a incorporação dos índios e dos africanos ao projeto de construir no Brasil um novo Portugal. Assim, os portugueses, que começaram explorando o mercado africano de escravos ao longo da costa africana, precisaram apenas ampliar o negócio, organizando a transferência dessa mão-de-obra para o Brasil. Ao contrário dos indígenas, os negros africanos já estavam habituados ao trabalho agrícola, ao pastoreio, à utilização de metais e a servir como soldados. Esta última característica explica a grande participação que tiveram nas campanhas militares que os portugueses conduziram em sua colônia americana.

ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

A defesa da Colônia

O esforço dos portugueses para colonizar e defender a sua colônia sul-americana teve seu episódio mais destacado durante a guerra travada entre Portugal e Holanda nos séculos XVI e XVII, que alguns historiadores consideram que foi a verdadeira I Guerra Mundial, por ter se desenrolado em quatro continentes.

Iniciada em 1595, caracterizou-se pelas invasões patrocinadas pelas companhias de comércio holandesas aos territórios do império português na América, África e Ásia, no quadro da Guerra dos Oitenta Anos, travada então na Europa, entre a Espanha e os Países Baixos, em que Portugal foi envolvido por estar sob domínio espanhol, durante a chamada União Ibérica, mas os confrontos ainda perdurariam por vinte anos após a Restauração da Independência de Portugal em 1640, só terminando em 1663.

O conflito na América, África e Ásia, teve pouco a ver com a guerra na Europa, servindo principalmente ao propósito de estabelecer um império ultramarino holandês, aproveitando a vulnerabilidade dos portugueses decorrente da perda de sua independência. A Inglaterra, rival da Espanha e livre da aliança que a ligava a Portugal durante a União Ibérica, também auxiliou os holandeses em certos momentos, até à restauração portuguesa, quando a aliança Inglaterra-Portugal voltou vigorar.

A guerra resultou na conquista por parte dos holandeses de considerável parcela do império português no oriente e na fundação do império colonial holandês, nos territórios conquistados a Portugal, mas no nordeste do Brasil e em Angola, a vitória foi de Portugal, com a decisiva atuação de forças luso-brasileiras, embrião do atual Exército Brasileiro.

Importância da miscigenação, uma característica do povo português

Sobre a campanha travada no nordeste brasileiro, entre 1624 e 1654, o historiador inglês Charles Boxer escreveu que

muitas das forças luso-brasileiras nessa campanha compunham-se de mulatos, negros, índios e mestiços de todos os tipos. Entre os mais destacados comandantes de regimento estavam um chefe indígena puro (Camarão) e um negro puro (Henrique Dias). O primeiro chefe da revolta, João Fernandes Vieira, que lutou do primeiro ao último dia,

era filho de um fidalgo da Madeira e de uma mulata. O desgosto natural dos holandeses por terem perdido o "Brasil holandês" foi intensificado pelo fato de terem compreendido que haviam sido derrotados por um exército em grande parte de cor (pag 126 e 127 do livro O império marítimo português 1415-1825, Companhia das Letras, 2002).

A reconquista de Angola

Angola, a principal fonte de escravos para trabalhar na lavoura açucareira, foi conquistada em 1641 pelos holandeses, como complemento à invasão do nordeste brasileiro. Após a vitória dos luso-brasileiros na primeira batalha dos Guararapes, em 1648, o rei de Portugal permitiu que uma expedição partisse do Rio de Janeiro a fim de retomar Angola. A missão foi financiada pelos comerciantes do Rio de Janeiro, e as tropas, formadas basicamente por indígenas, africanos e seus descendentes e comandada por Salvador Correa de Sá e Benevides, obteve fácil vitória sobre as forças holandesas e seus aliados africanos, retornando assim Angola ao domínio português.

Característica multi-étnica do Exército Brasileiro

Das campanhas de expansão e defesa da colônia, emergiu uma das características do Exército Brasileiro, a de integrar em seus quadros todas as etnias que formam o povo brasileiro, sem qualquer tipo de discriminação, tal como ocorreu nas campanhas do Prata, na constituição da Força Expedicionária Brasileira que atuou na II Guerra Mundial e nas participações em Forças de Paz sob a bandeira da Organização das Nações Unidas.

Referências:

SILVA, Alberto da Costa e. *A Enxada e a Lança - a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

_____. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

Nota do Editor: Além dos povos mencionados como "negreiros", não se pode deixar de fora os escandinavos, principalmente dinamarqueses, que mantiveram feitorias na África, e também os norte-americanos. Estes e os escandinavos tendem a falar dos portugueses como traficantes, deixando de lado os seus nacionais. A escravidão é tão antiga como o homem e existiu em todos os continentes sem a presença dos portugueses. Aliás, eles mesmos escravizados pelos piratas da Berbéria, assim como outros povos da costa do Mediterrâneo. Historiadores anglo-saxões deixam de lado o envolvimento de seus mercadores, capitalistas e soldados com o tráfico e põem a culpa em Portugal e Espanha. Movidos pela escravidão, pela busca de ouro e prata, especiarias, tecidos finos, expansão do cristianismo, madeiras nobres, ou simples vontade política de aumentar a importância de seu reino, os portugueses dilataram o império e a fé, descobriram e puseram em contato povos e terras distantes e deram novos espaços ao mundo.

X-X

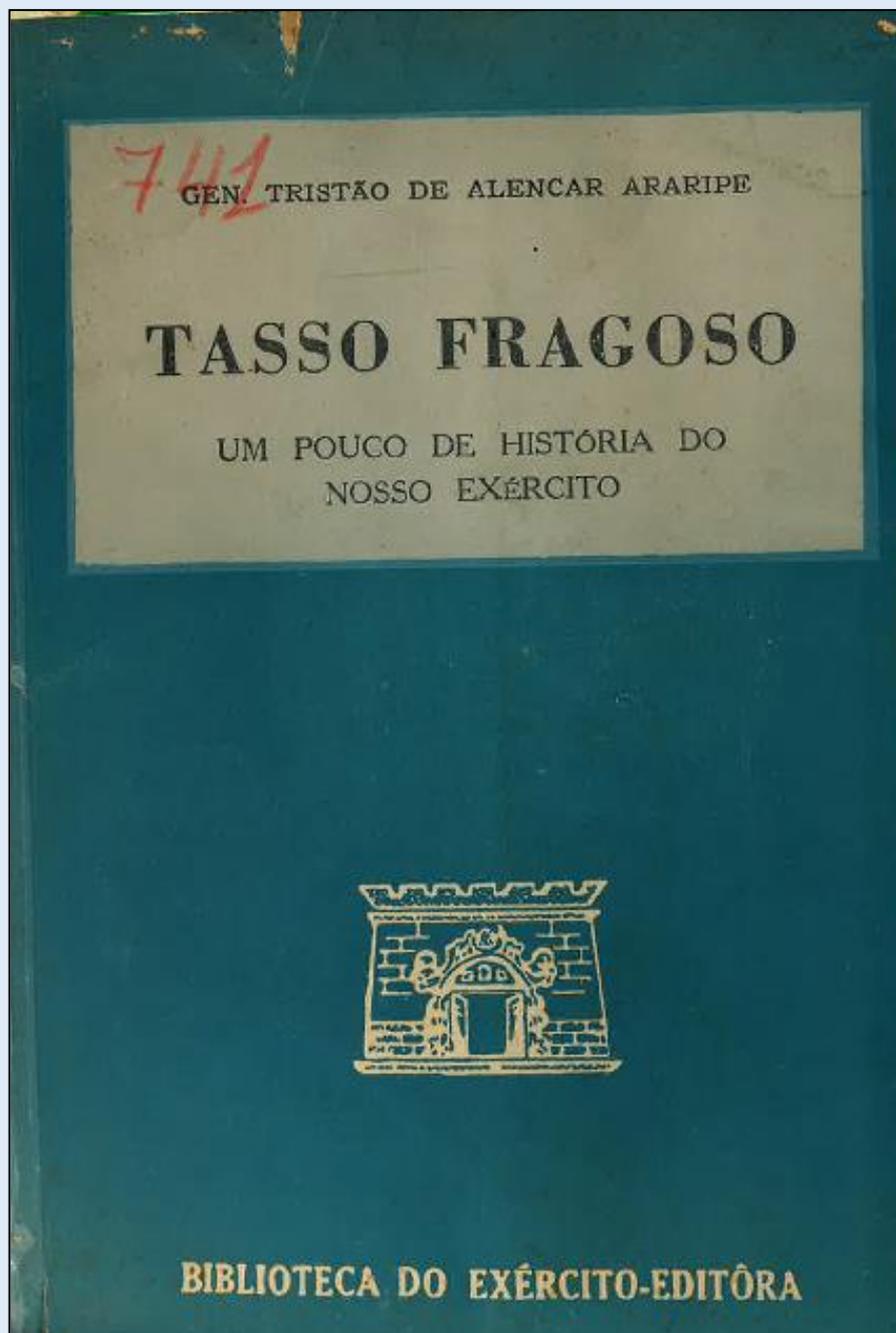
Pensamento de Arthur Schopenhauer:

"No fundo, apenas os pensamentos próprios são verdadeiros e têm vida, pois somente eles são entendidos de modo autêntico e completo.

Pensamentos alheios, lidos, são como sobras da refeição de outra pessoa, ou como as roupas deixadas por um hóspede na casa".

RECEBIMENTO DE OBRA POR DOAÇÃO

A AHIMTB/RS recebeu do colaborador ST Sérgio Chaves a obra cuja capa está abaixo, e que está à disposição dos integrantes da AHIMTB/RS.



EDITOR:

LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS, Cel Inf EM, Presidente da AHIMTB/RS
lecaminha@gmail.com

Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br

Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nuclev.com

Blog da Delegacia da AHIMTB/RS em Cruz Alta:

<http://acadhistoriacruzalta.blogspot.com.br/>